



Construindo uma rede de compostagem comunitária na região central de Goiás

Building a community composting network in the central region of Goiás

SILVA, Rhyllary¹; ALVES, Thâmara²; BALEEIRO, Andre²; OLIVEIRA, Lisbeth²; SANTOS, Macristopher²

¹Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, rhyllaryecologia@gmail.com; ²Universidade Federal de Goiás, thamara.larri@gmail.com; andrebaaleiro@discente.ufg.br; lisbeth@ufg.br; macristophersantos@discente.ufg.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: Projetos de extensão à comunidade são fundamentais para a difusão da Educação em Agroecologia. A compostagem é um processo de decomposição dos resíduos orgânicos com a presença de oxigênio, realizado por uma série de pequenos organismos. Para desmistificar e definir como enquadrar os resíduos orgânicos, o Projeto Compô - Compostagem Comunitária foi criado por um grupo de pessoas da cidade de Goiânia e regiões próximas à capital. Desde a formação do coletivo, foram realizadas oficinas diversas e implantadas cinco composteiras. O movimento também resultou na criação de um Projeto de Extensão, intitulado como da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás, que possibilitou o lançamento da cartilha “Compô para decompor: construindo uma rede de compostagem comunitária”. A partir da emenda parlamentar destinada ao projeto, o mesmo tem custeado bolsas para os membros do coletivo e para a implantação de composteiras na cidade de Goiânia e Região.

Palavras-Chave: educação popular; economia circular; resíduos sólidos, educação em agroecologia, resíduos orgânicos.

Contexto

Cada vez mais observa-se a necessidade de gerir os resíduos sólidos, principalmente os orgânicos, dado que representam metade dos resíduos gerados no Brasil (MMA, 2023). A implementação de uma Economia Circular se faz urgente, e sabe-se que a questão dos resíduos sólidos não é responsabilidade apenas do poder público. Portanto, a sociedade civil organizada tem importante papel na educação ambiental crítica, mudança de hábitos e criação de políticas públicas (IBIAPINA et al., 2021). Nesse sentido, projetos de extensão à comunidade são fundamentais para a difusão da Educação em Agroecologia.

Os resíduos orgânicos infelizmente são uma parcela de resíduos que constantemente não é descartada de forma adequada, sendo que a maior parte é disposta nos aterros das cidades e terrenos baldios, juntamente com outros resíduos e com os rejeitos. Esta destinação inadequada gera um impacto ambiental de grandes proporções que acumulado ao longo do tempo, entra em processo de putrefação, ocasionando a produção de chorume e gás metano, que gera contaminação do solo, lençol freático, perda da produtividade do solo, contaminação atmosférica e poluição visual (LAMANNA, 2008).



A compostagem é um processo de decomposição dos resíduos orgânicos com a presença de oxigênio, realizado por uma série de pequenos organismos (INÁCIO & MILLER, 2009). Esta prática possibilita que a matéria orgânica volte ao solo em condições adequadas, adubando e enriquecendo a vida do solo e, por isso, sua fertilidade (INÁCIO & MILLER, 2009). Nesse contexto, as práticas agroecológicas são ações e técnicas fundamentais para garantir a sustentabilidade, sendo o solo a base essencial do sistema para a manutenção da vida (PRIMAVESI, 2006). Portanto, a prática da compostagem se destaca como prática agroecológica imprescindível para o manejo sustentável dos solos e dos resíduos.

Diante disto, o coletivo surgiu a partir do questionamento da Produtora Cultural Cecília Kanda, que sentiu a demanda de divulgação de projetos relacionados à compostagem, que foi impulsionado por um evento da OSC “EcomAmor” (figura 1), no qual foi exibido o documentário chamado “Por que não”, na cidade de Goiânia, onde estavam presentes algumas pessoas que viriam a se tornar membros do coletivo, no final do ano de 2019. O debate do evento contou com pessoas da cidade de Goiânia e cidades próximas, fazendo com que o coletivo surgisse a um nível estadual. A partir desta reunião, percebeu-se que existia uma grande quantidade de pessoas preocupadas com a questão da destinação do lixo, que se organizaram e geraram uma agenda de oficinas. Desde então, foram realizadas oficinas relacionadas a destinação adequada de resíduos e compostagem.

Figura 1. Evento da OSC EcomAmor em 2022, similar àquele que gerou a articulação para criação da Compô.



Para desmistificar e definir como enquadrar os resíduos orgânicos, o Projeto Compô - Compostagem Comunitária, foi criado por um grupo de pessoas da cidade de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Bela Vista, Senador Canedo /e outras cidades próximas à capital, no estado de Goiás. As cidades supramencionadas possuem Aterro Sanitário, que possui um ambiente melhor, quando comparado aos lixões. Entretanto, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei 12.305/2010/ BRASIL, 2010), preconiza que apenas os rejeitos devem ser destinados aos aterros,



sendo que orgânicos e recicláveis devem ser encaminhados para reciclagem e compostagem, visando estimular mudanças consideráveis na forma de gerenciar resíduos sólidos no Brasil.

Dentre vários desafios, a PNRS estipulou o envio obrigatório de resíduos para reciclagem e compostagem. Aterros sanitários passaram a constituir a forma legalmente adequada de disposição final somente para rejeitos, resíduos sem possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos viáveis. Nesse sentido, o grupo se uniu no início de 2020, com o objetivo de conscientizar e estimular a população a refletir e mudar os hábitos em relação aos nossos resíduos. O movimento resultou na criação de um Projeto de Extensão, intitulado como “Compostagem comunitária: a contribuição da comunicação no processo”, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (Projeto de Extensão UFG PJ 328-2020).

Descrição da Experiência

O projeto iniciou-se com várias reuniões e capacitações com diversos agentes da universidade e sociedade civil, pensando na urgência de mudar a concepção sobre resíduos orgânicos e fazer a destinação adequada destes. As atividades realizadas são diversas, tais como a construção de composteiras, ações de educação ambiental e participação em simpósios e oficinas com a temática de resíduos sólidos. A partir disto, é possível sensibilizar a sociedade quanto à dependência e a presença do ser humano para com a natureza.

O coletivo é interdisciplinar, formado por 21 (vinte e uma) pessoas, das quais 16 (dezesesseis) são mulheres e jovens de segmentos diversos, tais como: Artes, Comunicação, Cultura, Ecologia, Jornalismo e Engenharia Ambiental e Sanitária. O projeto piloto de compostagem comunitária foi detalhado na cartilha “Compô para Decompor”, que foi construída a partir de emenda parlamentar, sendo que a cartilha virtual está disponível para acesso desde 2021. Devido à pandemia, o lançamento da cartilha impressa foi realizado apenas no dia 07 de dezembro de 2022, na Universidade Federal de Goiás (UFG).

O projeto objetiva a difusão das técnicas e a capacitação de Agentes Comunitários em Compostagem (AC), que são pessoas dispostas a participar do projeto e realizar a implantação da composteira em suas casas ou ambientes de convivência (figura 2a). Para a manutenção das composteiras e constância no vínculo, o grupo endereça uma atenção especial ao AC, que recebe uma capacitação mais completa e acompanhamento continuado, pois eles serão multiplicadores dos conhecimentos e das técnicas de compostagem e seus temas correlacionados (Figura 2b).



Figura 2. a) senhora que fez oficina replicando tecnologia assim que chegou em chácara. b) Visita da representante do Coletivo às ACs



Resultados

Desde a formação do coletivo, foram realizadas oficinas diversas e implantadas cinco composteiras comunitárias na cidade de Goiânia, localizadas nos seguintes pontos: Diretório Central dos Estudantes - UFG, Casa de Vidro (ponto de cultura), Lar de Idosos, Casa do Zoto (local onde acontecem as reuniões do coletivo) e Alto da Boa Vista (Assentamento). Após a implantação, o coletivo realiza visitas regulares para a manutenção, onde foi identificado que das cinco composteiras, três estão em atividade e duas estão inativas, devido a falta de engajamento do público e mudanças ocorridas nos espaços implantados que inviabilizaram sua continuidade.

As primeiras composteiras implantadas foram experimentais, e, como ainda não haviam definido uma padronização dos métodos implantaram uma composteira que demandava constante manutenção de revolvimento, o que pode ter ocasionado a inatividade. Após isso, definiu-se que a composteira circular seria a composteira padrão a ser implantada, devido ao fácil manejo e manutenção.

O evento de lançamento oficial da cartilha “Compô para decompor” (figura 3), contou com vários presentes, sendo estes membros do coletivo, sociedade civil, agentes políticos, comunidade acadêmica e representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Companhia de Urbanização de Goiânia (COMURG) e da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Hoje, todas as cartilhas impressas já estão circulando, exceto as reservadas para os Agentes Comunitários de Compostagem. O lançamento da cartilha causou boas reações na população, e seu acesso é gratuito e livre para baixar. A versão impressa teve tiragem de apenas 112 exemplares.



Figura 3. Evento do lançamento da cartilha Compô



A Cartilha é a publicação base de um processo de educação ambiental crítica, popular e não-formal. A compostagem é uma Tecnologia Social e a população deve ser agente da sua realidade. Os sujeitos que assim se vêem influenciam positivamente suas comunidades, praticando e multiplicando novos hábitos e atuando enquanto agentes políticos.

Para a realização das atividades, o projeto recebeu apoio financeiro advindo da Emenda Parlamentar que possibilitou o custeamento de nove bolsas para membros do coletivo se dedicarem às atividades. A vinculação da iniciativa popular à universidade enquanto projeto de extensão permite o acesso e repasse de recursos públicos, que são buscados junto a parlamentares que defendem as causas populares e que não se limitam a projetos assistencialistas. Além disso, a estratégia metodológica da pesquisa-ação permite projetos como este de concorrerem a bolsas de iniciação à pesquisa, à docência e à inovação tecnológica.

O projeto tem feito oficinas em creches e escolas públicas (figura 4), como na cidade de Rialma, Goiás, onde as atividades foram realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Diante disto, o projeto implantará no ano de 2023, dez composteiras, que contemplem os quatro perfis que foram identificados na construção da cartilha: agricultor urbano, feirante, educador e entusiasta, que se tornarão agentes multiplicadores.

Figura 4. a) Oficina em creche em Goiânia, Goiás. b) Oficina em escola pública em Rialma, Goiás.





Agradecimentos

A todas e todos integrantes do grupo e agentes comunitários que estão unidos pelo propósito de contribuir para que o conhecimento técnico transcenda os muros da Universidade e chegue à população.

Ao Vereador de Goiânia, Mauro Rubem, pela Emenda Parlamentar Impositiva 287, que possibilitou o custeamento das bolsas do coletivo.

À Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás, em nome da professora Lisbeth Oliveira, que acolheu e colaborou para o desenvolvimento do projeto.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, acesso em 29 de junho de 2023.

IBIAPINA, Iveltyma R. P.; OLIVEIRA, Talyta E.; LEOCADIO, Áurio. L. **As políticas públicas e os resíduos sólidos urbanos na Alemanha e no Brasil.** Planejamento e políticas públicas - IPEA, Brasília, n. 60, p. 44-68, 2021.

INÁCIO, Caio T.; MILLER, Paul R. M. **Compostagem: Ciência e prática para a gestão de resíduos orgânicos.** Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2009.

LAMANNA, Silvia. R. **Compostagem caseira como instrumento de educação ambiental e de minimização de resíduos sólidos urbanos, Campos do Jordão, SP.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. 127 p.

Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília: Câmara dos Deputados, n. 81, 2010b. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília. Disponível em <antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos.html> Acesso em: 29 de junho. 2023.

Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília. Disponível em <<http://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos.html>>. Acesso em: 13 de junho. 2023.

Primavesi, Ana. (2006). **Cartilha do solo.** São Paulo, 2006, Fundação Mokiti Okada, 177.